

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANTONIA GILDEVANNIA PEREIRA OLIVEIRA

**A (RE) AFIRMAÇÃO DA FAMÍLIA NA SUPERAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE
RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS:** um estudo a partir das lentes de assistentes
sociais dos CRAS em Crato/CE

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

ANTONIA GILDEVANNIA PEREIRA OLIVEIRA

A (RE) AFIRMAÇÃO DA FAMÍLIA NA SUPERAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS: um estudo a partir das lentes de assistentes sociais dos CRAS em Crato/CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação do Prof.º Esp. Aldair Péricles Bezerra Monteiro

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

ANTONIA GILDEVANNIA PEREIRA OLIVEIRA

A (RE) AFIRMAÇÃO DA FAMÍLIA NA SUPERAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS: um estudo a partir das lentes de assistentes sociais dos CRAS em Crato/CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.º Esp. Aldair Péricles Bezerra Monteiro

Apresentada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Esp. Aldair Péricles Bezerra Monteiro
Orientador

Prof.ª Esp. Jacsa Vieira de Caldas
1º Examinador

Prof.ª Esp. Pautília Ferraz Araruna
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

A minha família, pelo cuidado e dedicação ao longo da caminhada. Ana Júlia, sua existência foi o incentivo para superar a correria e as angústias de cada semestre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo, ao Deus Pai todo poderoso, pela sabedoria, força e determinação dada a mim durante todo percurso de grandes batalhas. Batalhas contra o cansaço, desânimo, falta de recursos, doenças e tantas outras.

Agradeço a minha família que em meio a tantos problemas nunca desistiu de mim. Em especial a minha mãezinha que sempre fez o impossível para que eu pudesse chegar até aqui.

Dedico a minha vida a eles, pois me ensinaram a nunca desistir, a aprender e ser humilde sempre, independente de qualquer circunstância.

Agradeço imensamente aos auxiliares da Tele Faxina que fazem parte do quadro de profissionais do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Rosimeyre Gomes da Silva (Meirinha) e Sebastião Raimundo dos Santos (Bá), por todas as vezes que me oferecerem um ombro amigo, nas horas de grandes dificuldades.

Com imensa alegria e gratidão, a minha comadre Silvania Caldas por todo incentivo durante todo esse percurso.

Agradecer a parceria das minhas amigas do coração, que a faculdade deu-me de presente e levarei por toda a vida, Camila Regina, Maria Cleomar, Katia Silva, Yrismeire Pereira e Maria Lucivania.

O meu agradecimento aos maravilhosos professores Sheyla Dias, Jacsa Vieira, Helaide Mendonça, Márcia Figueiredo, Maridiana Dantas, Reginaldo, Rúbia Lóssio, Pautília Ferraz, Pedro Adjedan e Adjalmo por a grande contribuição acadêmica.

Com carinho ao meu vaqueiro Cleones Ribeiro, por todo apoio nas horas das dificuldades financeiras e por as palavras de conforto em meio aos problemas de saúde vivenciados.

Ao Centro Universitário Doutor Leão Sampaio por toda dedicação e incentivo durante esses quatro anos de aprendizado.

De forma especial ao meu preceptor de estágio e orientador Aldair Péricles, por toda paciência, dedicação, conversas, incentivos. Por ter acredito em mim.

E por fim, as minhas apaixonantes festas de vaquejadas, por me proporcionar momentos de relaxamento em meio a essa árdua luta.

Como Uma Onda

Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa, tudo sempre passará
A vida vem em ondas, como um mar
Num indo e vindo infinito
Tudo que se vê não é
Igual ao que a gente viu há um segundo
tudo muda o tempo todo no mundo
Não adianta fugir
Nem mentir pra si mesmo agora
Há tanta vida lá fora
Aqui dentro sempre
Como uma onda no mar

(Lulu Santos)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a (re) afirmação da família na política de assistência social como ferramenta para a superação das situações de riscos e vulnerabilidades sociais dos sujeitos inseridos nos CRAS do município de Crato-CE. Para tanto, o caminho metodológico percorrido deu-se através da exploração bibliográfica para acúmulo teórico sobre o objeto de estudo. E em seguida, aplicação de entrevista semi-estruturada realizada com seis assistentes sociais dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do município de Crato/CE. O primeiro capítulo traz reflexões sobre a política de assistência social brasileira. Já o segundo capítulo está voltado para uma análise sobre a centralidade da família brasileira na política de assistência social no âmbito da sociedade capitalista. E o terceiro e último capítulo traz a análise dos dados da pesquisa realizada com o intuito de analisar como o trabalho social desenvolvido com as famílias está sendo capaz de minimizar riscos e vulnerabilidades sociais dos sujeitos em tempos de recessão. Dessa forma os resultados apontam que o trabalho social desenvolvido com as famílias usuárias dos CRAS se dá através de orientações voltadas para diálogos baseados em esclarecimentos sobre direitos e deveres e a ausência de ações práticas, criativas e propositivas capazes de preservar, efetivar direitos e empoderar as famílias usuárias dos CRAS do município de Crato/CE.

Palavras-Chave: Centralidade. Trabalho social. Família.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the (re) affirmation of the family in the social assistance policy as a tool to overcome situations of social risks and vulnerabilities of the individuals inserted in the CRAS of the municipality of Crato-CE. In order to do so, the methodological path was taken through the bibliographical exploration for theoretical accumulation on the object of study. Then, a semi-structured interview was carried out with six social workers from the CRAS - Reference Center for Social Assistance of the municipality of Crato / CE. The first chapter reflects on the Brazilian social assistance policy. The second chapter is focused on an analysis of the centrality of the Brazilian family in the politics of social assistance within the framework of capitalist society. And the third and last chapter brings the data analysis of the research carried out with the purpose of analyzing how the social work developed with the families is being able to minimize the risks and social vulnerabilities of the subjects in times of recession. In this way, the results show that the social work developed with the CRAS users is based on orientations directed to dialogues based on clarifications about direct and duties and the absence of practical, creative and propositive actions capable of preserving, realizing rights and empowering the families using CRAS in the municipality of Crato / CE.

Keywords: Centrality. Social work. Family.

LISTA DE SIGLAS

- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- CNSS** – Conselho Nacional de Serviço Social
- CNS** – Conselho Nacional de Saúde
- CEAS** – Centro de Estudos e Ação Social
- CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- CF** – Constituição Federal
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FUNRURAL** – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
- LBA** – Legião Brasileira de Assistência
- LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social
- NOB** – Norma Operacional Básica
- NOB-RH** – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
- PEC** – Propostas de Emendas a Constituição
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- PNI** – Política Nacional do Idoso
- PBF** – Programa Bolsa Família
- SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SESI** – Serviço Social da Indústria
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: DO ASSISTENCIALISMO A ASSISTÊNCIA COMO DIREITO	13
1.1 A Assistência Social no Brasil: caridade e benemerência	14
1.2 A assistência social brasileira e o modelo estatal	16
1.3 A Assistência Social no Brasil pós – 1980: inovação ou conservadorismo?	21
CAPÍTULO II – A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA BRASILEIRA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CAPITALISTA	27
2.1 Metamorfoses: a família contemporânea brasileira	27
2.2 Centralidade da família na assistência: avanço ou refilantropização do trato da questão social?	34
CAPÍTULO III – ANALISANDO O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS E SUA CAPACIDADE DE MINIMIZAR AS SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABI LIDADES SOCIAIS DOS SUJEITOS	40
3.1 Traçado metodológico para realização da pesquisa	40
3.2 Análise e interpretação dos dados: o trabalho social com famílias sobre as lentes de assistentes sociais em tempos de recessão	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE (S)	57

INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social tem suas raízes na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa, com práticas filantrópicas e benemerentes até meados do século XVIII. Depois da aprovação da Constituição Federal de 1988 a mesma passou a ser reconhecida como política universal não contributiva.

A Constituição Federal de 1988 trouxe para a política de Assistência Social significativas mudanças, contribuindo para o rompimento gradual das práticas assistencialistas, caritativas e a transformação da vida social dos sujeitos alcançados pelas políticas sociais públicas.

Mas o contexto de crise econômica, política e implantação do modelo de Estado neoliberal vivenciado a partir de 1990 afetou as políticas sociais, em especial aquelas pertencentes ao tripé da Seguridade Social causando uma contrariedade e o que era pra ser universal foi se transformando em um sistema mercadológico.

Com isso a partir do século XX, a família que sempre esteve presente desde a formação do estado brasileiro nas questões relacionadas à proteção social brasileira, se recoloca em cena transformando-se em instrumento central das políticas sociais para o provimento do bem estar e proteção social dos sujeitos ao lado do terceiro setor, num contexto de crise e redução dos gastos por parte do Estado com as políticas sociais.

Com a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 a família é eleita como categoria primordial a ser trabalhada pela política de Assistência Social com o objetivo da mesma servir de ferramenta para o alcance de metas. Nesse sentido é repassada uma grande responsabilização à família, em um contexto onde o Estado se priva dos mínimos sociais tentando solucionar os problemas gerados pela pauperização através de medidas sócio-educativas e repasses realizados através de programas de transferência de renda.

Partindo da temática abordada, o interesse em pesquisar a centralidade da assistência social na família como ferramenta de superação de riscos e vulnerabilidades sociais dos sujeitos, deu-se a partir de inquietações que se desenvolveram durante o período de estágio no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS Alto da Penha em Crato/CE e a partir das observações realizadas a respeito do trabalho social desenvolvido com as famílias usuárias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família, desenvolvido na instituição citada anteriormente.

Para a elaboração teórica do presente trabalho ouve a contribuição de autores importantes na área de serviço social como: Yamamoto (2001), Behring (2003), Boschetti (2003), Mota (2010), Sposati (2007) entre outros.

O percurso metodológico traçado através da pesquisa bibliográfica teve como objetivo o acúmulo de conhecimento sobre a temática para dar embasamento à realização da pesquisa de campo desenvolvida com seis assistentes sociais que compõem as equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Crato/CE. Visando analisar de que forma o trabalho social desenvolvido com as famílias inseridas no PAIF – Serviço de Proteção Integral a Família, tem minimizado as situações de riscos e vulnerabilidades sociais dos sujeitos atendidos pelos CRAS do município do Crato-CE em um contexto de desmontes das políticas públicas.

A técnica de coleta de dados escolhida para trabalhar o objeto de estudo em questão foi a entrevista semi-estruturada, formada por um roteiro de perguntas abertas que normalmente é utilizada para se trabalhar com populações específicas, no caso da referida pesquisa, um grupo de assistentes sociais.

Assim, o capítulo I foi elaborado com o intuito de trazer reflexões sobre a política de assistência social brasileira, da sua gênese ao momento atual de desmontes sociais postos pelo neoliberalismo e os seus rebatimentos para a sociedade brasileira.

Já o capítulo II, traz uma análise detalhada sobre a centralidade da família brasileira na política de assistência social no âmbito da sociedade capitalista, buscando compreender as metamorfoses sofridas pela instituição familiar e como ela se configura na atualidade. E se essa centralidade na família é um avanço ou uma refilantropização do trato da questão social.

E o III capítulo faz um detalhamento do percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa voltando-se para a interpretação do objeto de estudo, com o intuito de analisar como o trabalho social desenvolvido com as famílias nos CRAS está sendo capaz de minimizar riscos e vulnerabilidades sociais dos sujeitos em tempos de recessão.

CAPITULO I – REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: DO ASSISTÊNCIALISMO A ASSISTÊNCIA COMO DIREITO

A prática de assistência aos mais necessitados existe desde tempos muito remotos, não ficando restritas as civilizações mais antigas de que se tem conhecimento ou as sociedades capitalistas. Na Grécia antiga já era possível registrar condutas de caridade e benemerência aqueles mais necessitados. Pois como bem aponta Carvalho (2006, p. 15), na Idade Média, a forte influência do Cristianismo, através da doutrina da fraternidade, incentivou a prática assistencial com a difusão das confrarias que apoiavam às viúvas, os órfãos, os velhos e os doentes.

Mesmo não tendo uma definição exata do surgimento das protoformas das políticas sociais, pode-se afirmar que, os primeiros traços reconhecíveis dessas políticas gestaram-se antes da primeira Revolução Industrial, com o intuito não de garantir a universalidade, mas com interesses de conter a desocupação dos indivíduos e assim manter a ordem social.

Para Behring e Boschetti (2011),

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011. p. 47).

Sendo assim, apresenta-se como primeiras formas de políticas sociais registradas, ao lado da prestação da caridade e filantropia, a Lei dos Pobres de 1601, ou leis inglesas como eram comumente chamadas, de caráter punitivo e preventivo, gestadas na Inglaterra, que tinham como um dos seus objetivos obrigar o trabalhador pobre a aceitar as condições de trabalho que lhe era imposta, impedindo-lhe assim a submissão à mendicância para sobreviver. Essa foi uma das primeiras formas do Estado de atuar, onde se via uma preocupação por parte do mesmo em submeter os interesses dos indivíduos aos interesses econômicos e não a eliminação do estado de pobreza da população da época.

De acordo com o que afirma Boschetti (2003, p. 53), estas legislações impunham um “código coercitivo do trabalho” e possuíam caráter mais punitivo e repressivo do que protetor. Essas leis até então instituídas, garantiam auxílios miseráveis aos indivíduos que tivessem capacidade de trabalhar. E para ter acesso a essas mínimas garantias, existiam uma lista de critérios que dificultavam o recebimento de tal benefício.

[...] A política social por não ser só uma forma de regulação, mas um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contrários, predominantemente de classes, tem se colocado, como mostra a história, a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela. (PEREIRA, 2008, p. 86.).

As políticas instauradas nessa época tinham como objetivo proteger o sistema capitalista e não a sociedade necessitada, deixando a população trabalhadora a mercê da própria sorte. Com a crise de 1929 que se disseminou pelo o mundo, que para Carvalho: “Serviu para agravar as dificuldades já presentes na área econômica” (2007: p. 90), a situação da classe que vive do trabalho agravou-se absurdamente por conta das exaustivas jornadas de trabalho e então inconformada, essa classe começou a lutar por mudanças que iriam instituir direitos, e então no final do século XX o Estado passa a reconhecer a questão social e então as primeiras medidas de proteção social surgem na Inglaterra e Alemanha diante de um cenário chamado de Welfare State ou Estado de Bem Estar Social.

1.1 – Assistência Social no Brasil: caridade e benemerência

A Assistência brasileira aos segmentos sociais vitimados pela exploração capitalista surgiu como prática ligada à igreja católica, sendo ofertada como caridade e benemerência até meados do século XVIII e a luta pelo o seu reconhecimento como política de direito, se deu através de um processo lento e gradual, onde o Estado por muito tempo desenvolveu o papel de mero distribuidor de isenções a igreja católica e a grupos privados que ficavam na responsabilidade de prover de forma pontual e desarticulada a assistência à população mais vulnerável.

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. (OLIVEIRA, 2005, p. 25).

Com o fim do trabalho escravo surgem as relações de compra e venda da força de trabalho e conseqüentemente acontece uma exploração abusiva do trabalhador que afeta a sua capacidade vital. Nesse momento histórico o capitalismo em seu estado monopolista tem grande contribuição para o aumento dos problemas sociais, que afeta de forma significativa a

vida da classe proletária. Onde as expressões da questão social que surgem, não são visíveis aos olhos do Estado e a pobreza é percebida como fatalidade, tratada a partir da caridade e da filantropia, onde aos poucos será substituída pela assistência disciplinada.

No referente período a burguesia começou a sentir-se incomodada e inquieta porque o conflito entre capital x trabalho atrapalha o andar do sistema capitalista e então o Estado foi chamado a intervir nos problemas sociais decorrentes do processo de industrialização e urbanização, com o intuito de estabelecer as condições propícias para a produção e reprodução do sistema em vigência, através de continuas ações filantrópicas, desenvolvidas por particulares e religiosos, onde os sujeitos foram asilados ou internados, no intuito de consolar a classe trabalhadora para que a mesma não ameaçasse o crescimento econômico e consequentemente o interesse do estado frente a esse crescimento.

(...) os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada. (SPOSATI et al., 2007, p. 42).

Em meados da década de 1930, com o avanço do processo de industrialização e urbanização, as desigualdades sociais se intensificaram e teve um aumento considerável do agravamento da questão social, com significativos índices de pauperização, inerentes a relação de exploração do modo de produção capitalista. Nesta época a pobreza não era entendida como expressão da questão social, e era percebida como doença e tratada como caso de policia, no interior dos seus aparelhos através da coerção e repressão, os problemas eram tratados de forma individual, sendo mascarados e ocultados pelo Estado, onde o mesmo deixava esse cuidado a cargo das instituições privadas com fins sociais.

O sujeito social era duramente reprimido, por conta da incapacidade do Estado na construção de políticas sociais. Sendo nessa época a assistência, tratada com benesse, onde as pessoas atendidas eram favorecidas e não sujeitos de direitos, a assistência era assim entendida, como uma prática e não como uma política de direito.

Nessa época os movimentos sociais que tinham suas lutas pautadas em melhores condições de vidas foram sufocados, pois o Estado percebia-os como ameaças para a economia. A pobreza era evidente e pouco ou quase nada se fazia através da caridade e das ações assistenciais.

1.2 – A Assistência Social brasileira e o modelo estatal

Os anos que se situam entre 1930 e 1943 os quais estava à frente do poder Getúlio Vargas são vistos como o período de surgimentos das políticas sociais no estado brasileiro. Políticas estas que surgiram com o intuito de apaziguar as lutas de classes, transformando-as em apoio ao governo. Nesse mesmo período criou-se o Ministério do trabalho e a carteira de trabalho, que marcaram o início da cidadania no Brasil.

Segundo Yamamoto e Carvalho (2006, p.249), o primeiro traço explícito em legislação sobre serviços sociais se deu na constituição de 1934, quando o Estado ele foi responsabilizado em prestar assistência aos pobres e se fixa então à destinação de 1% das rendas tributárias à maternidade e à infância. A primeira medida constitucional nesse sentido acontece em 1938 quando é instituída a Organização Nacional do Serviço Social enquanto modalidade de serviço público e logo depois se cria junto ao Ministério da Educação e Saúde o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, que registra uma nova forma de atenção aos problemas sociais do país. Contudo não se identificou nas ações do CNSS uma prática comprometida de fato com os problemas sociais, servindo de manipulador das massas sociais.

O Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS – tão pouco chegou a ser um mecanismo atuante. Caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismos de clientelismo político. Sua importância se revela apenas como marco da preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p. 250).

E então na década de 1940, o mundo presenciava a Segunda Guerra Mundial e todos os países de uma forma ou de outra sofriam os efeitos, inclusive o Brasil. Nesse momento, criou-se as caixas de subvenções que são auxílios prestados a creches, hospitais, asilos entre outros, que serviram de instrumentos de controle das greves e dos movimentos sociais que partiam dos trabalhadores que viviam em condições precarizadas. Surgiu também à primeira instituição social nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência – LBA que foi dirigida por Darcy Vargas e que ia por em prática as funções que seriam do CNSS.

Nesse momento o Estado lançou mão do poder feminino para sensibilizar as pessoas. Essa dominação deu-se através da sensibilização, de forma silenciosa e mascarada com o intuito de legitimar o poder local através da influência sobre os indivíduos, onde operou na mente dos mesmos que as ações prestadas seriam favores.

A instituição citada anteriormente representou portanto, como afirma Sposati (2007, p.46), [...] a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/caridade x beneficiário/pedinte, conformando a relação entre estado e classes subalternas. (SPOSATI, 2007, p. 46).

A LBA era um órgão colaborador para com o estado, desenvolvia atividades de caráter paliativo e clientelista para com as famílias daqueles sujeitos que lutavam na Segunda Guerra. Essa instituição apresentou-se como um mecanismo de grande importância e impacto para a implantação e desenvolvimento do Serviço Social, pois organizou, expandiu e interiorizou a rede de obras assistenciais através da incorporação dos princípios do Serviço Social. Suas ações eram realizadas através de campanhas, que despertaram o interesse da população e do governo. E seu âmbito de atuação passou a ocorrer nas três esferas: nacional, estadual e municipal, mobilizando e coordenando ações no âmbito da assistência pública e privada e agindo também como agente repassador de recursos e na recuperação de equipamentos assistenciais privados. Teve uma longa atuação e envolveu-se em vários escândalos na qual foi ficando assim os seus fins desacreditados.

Com o surgimento do Estado Novo e o aprofundamento do modelo corporativista, com uma política voltada ao processo de industrialização, e a agudização das contradições geradas pelo modelo de produção capitalista, surgem outras instituições estatais, como SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESI – Serviço Social da Indústria, Fundação Leão XIII com o objetivo de controlar as lutas sociais, e o Serviço Social consegue se expandir quantitativamente, pois devido o processo de industrialização e o crescimento urbano brasileiro, surgiu à necessidade do Estado de controlar as massas para garantir o desenvolvimento pleno do capitalismo.

(...) estas instituições aparecem claramente como agência política de contenção e controle das lutas sociais (e das sequelas derivadas do crescimento da miséria relativa da população), ao procurarem deslocar as contradições do campo explícito das relações de produção e tentar absorvê-las e neutralizá-las, dentro dos canais abertos a partir do aparelho de estado. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p.307).

O SENAI foi um dos grandes empreendimentos para qualificação da força de trabalho para atuar dentro das indústrias que estavam em processo de desenvolvimento onde incorporou o Serviço Social que ajustava as ideias da classe trabalhadora aos interesses da economia capitalista. O SESI incumbia-se de planejar e executar ações para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e assim mantê-los saudáveis e capazes de assegurar os

interesses burgueses. A Fundação Leão XIII serviu de suporte para recuperação e controle dos habitantes das favelas para evitar possíveis ações comunistas.

Partindo desta visão, percebe-se que essas instituições desempenharam funções essenciais para manter o controle das classes subalternas. E que o surgimento e desenvolvimento da assistência social no Brasil teve forte presença da caridade, benemerência, filantropia, clientelismo e religiosidade dificultando assim por um longo período, sua afirmação como política pública universal.

Seguindo essa lógica, Mestriner (2001), nos esclarece que,

longe de assumir o formato de política social, a assistência social desencadeou-se ao longo de décadas, enquanto doação de auxílios, revestida pela forma da tutela, de benesses, que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade na sociedade brasileira. (MESTRINER, 2001, p.16)

Mesmo com todas as mudanças políticas operadas durante todo o percurso da história da assistência brasileira, até aqui pouco foi modificado em relação às ações filantrópicas e caritativas operadas por parte das políticas instauradas, pois a mesma não conseguia se desprender do ranso conservador de heranças clientelistas e paternalistas.

A Era Vargas foi caracterizada por movimentos sindicais e a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas. Mas mesmo com essas lutas e ganhos pouco se avançou nas áreas das conquistas dos direitos fundamentais trabalhistas. A grande conquista deste período foi a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas que se deu em primeiro de Maio de 1943, que operou mudanças relevantes na vida da classe proletária. Deve-se ressaltar que nesse momento Vargas conseguiu em seu governo, unir seus interesses a necessidade da sociedade que deu abertura a efetivação dos direitos aos quais os operários almejavam, seu governo representou um grande marco no campo dos direitos já que o mesmo investia muito na ligação do Estado com a sociedade para assim aumentar a sua popularidade e ganhar apoio do povo para fortalecer-se.

A manutenção e reprodução da dominação de classe exige, simultaneamente, a interiorização e aceitação dessa dominação, a constante recriação e inculcação de formas mistificadas que obscurecem e encobrem a dominação e a exploração. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 308).

Partes das políticas instituídas no período varguista estavam voltadas para aqueles que tinham vínculos empregatícios e em especial a parcela masculina, com o intuito de desenvolver nos cidadãos que estavam fora do mercado de trabalho e que eram percebidos pela alta burguesia como vadios, o desejo de trabalhar. Percebe-se assim que os benefícios sociais disponíveis nesse momento histórico, como serviços médicos, férias, descanso semanal remunerado entre outros, eram excludentes e celetistas, pois deixavam a cargo da filantropia e caridade aqueles que não conseguiam ter um trabalho registrado.

Meados de 1945 a questão social é posta em segundo plano, e a política econômica torna-se o centro das atenções. Somente no governo de Jânio a assistência social volta ao centro dos debates e se expande, quando se tem início o trabalho com os programas de desenvolvimento de comunidade, que surgem com o objetivo de integrar os indivíduos através dos programas de desenvolvimento, ao contexto de inovações, incentivando-os a participação comunitária em atividades, como forma de dar resolutividade as suas próprias questões sociais, abstraindo assim a responsabilidade do estado em sanar tais questões.

Essas atividades destinavam-se a romper o ciclo de dependência e provocar a integração de indivíduos e grupos no mercado de trabalho e a sociedade vigente, com a subjacente promessa de ascensão sócio-econômica. Expandem-se a partir daí programas de alfabetização de adultos, formação de mão-de-obra, formação social e desenvolvimento comunitário. (SPOSATI; BONETTI; YASBEK; CARVALHO, 2008, p.47).

Com a instauração do regime militar no Brasil a assistência social vincula-se a Previdência Social que carrega desde a sua gênese uma preocupação com um atendimento amplo. Nesse momento a assistência passa a ser vista como complementar para resolução dos desajustamentos sociais, atendendo de forma pontual, focalista, seletiva e individual o trabalhador incapaz de prover suas próprias necessidades. E então os assistentes sociais tem nesse período como espaço de atuação, a execução de políticas sociais voltadas para a eliminação dos focos de tensões e enquadramento da população nos mais variados programas de desenvolvimento, voltados ao crescimento da economia capitalista.

[...] Longe de pôr em questão o modelo, as escolhas, as opções e os projetos de desenvolvimento, reproduz-se a ilusão e os termos remetem para um campo mágico – quanto à suposta capacidade redentora da assistência social. (BRAGA E CABRAL, 2008, p.28)

Nesta conjuntura as políticas sociais gestadas impõem a prática do serviço social uma certa modernização fazendo a profissão assumir com eficiência ações modernas, como o planejamento, coordenação e administração, e então esse momento ficou conhecido como o início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil.

No período ditatorial compreendido entre os anos de 1960 e 1980, houve uma tendência ao crescimento da demanda de assistentes sociais, como agentes executores de políticas sociais, mas a assistência social continuou articulada a ações clientelista, assistencialistas, controladoras e disciplinadoras voltadas para o ajuste do indivíduo o qual era tido como responsável pelas mazelas vivenciadas. O regime militar não chegou a promover inovações significativas no padrão da assistência existente. A assistência social se burocratizou com regras, normas e critérios de atendimento à população excluída. Porém nesse período foi ampliada a previdência social e criado a Funrural, estendendo a assistência aos trabalhadores do campo.

Como principais medidas relativas à política social no pós-75 destacam-se processo de unificação das instituições previdenciárias através da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ocorrendo a progressiva exclusão da representação de trabalhadores na gestão da Previdência Social, e a extensão da cobertura previdenciária à quase totalidade da população urbana e parte da população rural (Funrural). (SPOSATI; BONETTI; YASBEK; CARVALHO, 2008, p, 52).

Meados de 1970 o Brasil passa por uma crise fiscal que afeta profundamente o social e as ideias neoliberais passaram a prevalecer como uma ideologia, e como forma de reverter o quadro o Estado faz cortes significativos no montante destinado às políticas sociais. Esse momento histórico impulsionou o surgimento das mais variadas formas de reivindicações por políticas sociais mais igualitárias, contribuindo dessa forma para o aumento da participação popular em busca de consolidar uma relação mais justa entre sociedade e Estado.

Nesse contexto o Estado pressionou a modernização técnica do Serviço Social para dar respostas eficazes às demandas que surgiram por conta das péssimas condições de vidas que passavam a classe trabalhadora. E segundo Silva (2007, p.39), é neste momento de intenso debate sobre o caráter político da profissão e sua desmitificação da pretensa neutralidade, que surge a possibilidade do Serviço Social lutar a serviço da classe que vive do trabalho.

E então a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 as políticas sociais inovaram-se e uniram-se fazendo surgir o sistema de Seguridade Social no Brasil, da qual iriam fazer parte a política de saúde, previdência social e assistência social.

1.3 A Assistência Social no Brasil pós – 1980: inovação ou conservadorismo?

A década de 1980 representou para o Brasil e para a Política de Assistência Social um período de significativas mudanças, pois iniciou-se o tão esperado processo de redemocratização do país, depois de quase 30 anos de regime ditatorial, e para a Política de Assistência o rompimento gradual com as práticas assistencialistas que em nada contribuíram para a transformação da vida social das pessoas.

Depois da constituição de 1988 o Brasil escreveu uma nova história política social, onde a mesma sai do campo do favor e passa a habitar o campo do direito. A Assistência Social passou a ser reconhecida pelo Estado como política pública de caráter universal não contributiva, destinada àqueles que não possuem meios suficientes de satisfazer suas necessidades e passa a compor o tripé da Seguridade Social, ao lado das políticas de saúde e previdência social. Este período trouxe consigo inúmeras transformações sociais e políticas para o Brasil. Dentre as mudanças, reconheceu a assistência social como um dever do Estado e não mais como uma ação isolada.

Mas a conjuntura que se formou a partir de 90, marcada pela crise econômica e política que atingiu as sociedades periféricas, não encontrou na Assistência Social o lastro da proteção social necessário para dar cobertura ao que estaria por vir: o desemprego e a precarização do trabalho, situações que extrapolariam as finalidades de uma política de Assistência Social. (MOTA, 2010, p. 16)

A partir de 1990 as políticas que integram o tripé da Seguridade Social, começaram a adquirir uma certa contrariedade, devido a onda neoliberal que foi desconstruindo os direitos sociais no período de 1950 e que alcançou o estado brasileiro em 1988. Enquanto a política de saúde e previdência se mercantilizam a Política de assistência se amplia através da assistencialização, sendo a maior responsável pelo enfrentamento das desigualdades sociais produzidas através da relação capital versus trabalho, ficando dessa maneira visível a não existência de um sistema amplo e universal de proteção social, se constituindo assim, como bem aponta Mota (2010, p.16), num fetiche social.

Em dezembro de 1993 no governo de Itamar Franco, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS é aprovada depois de muitas lutas desencadeadas pela sociedade civil, trazendo como objetivo primordial a luta por maiores investimentos por parte do governo na área social e o respaldo sobre todos os artigos que trata da política de assistência social,

garantindo assim um modelo de gestão e de controle social de forma descentralizada e participativa.

Em seu artigo 1º a LOAS define a Assistência Social como:

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2009).

Segundo Yasbek (2008), a LOAS estabelece uma nova matriz para a Assistência Social no país, passando a se constituir como uma política de responsabilidade estatal, ao ponto que a oferta de serviços, programas, projetos e benefício socioassistencial devem ser garantidos na perspectiva do direito e do acesso aos que dela necessitam. Mas mesmo sendo aprovada em lei, a LOAS ainda continuava sendo desacreditada por conta de ter surgido a partir de raízes genéticas conservadoras.

Mesmo com esses órgãos reguladores, a assistência social ainda era vista como favor prestado pelo Estado à população menos favorecida. Em 1998 é aprovada a primeira Política Nacional de Assistência Social - PNAS, ficando sob medida provisória até 2004, quando através das deliberações discutidas na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003 em Brasília é de fato aprovada através da resolução nº 145, de 15 e Outubro de 2004, quando surge então uma nova política que pretende garantir os mínimos sociais aqueles em estado de vulnerabilidade e risco social.

No governo de Fernando Henrique Cardoso o Brasil passa por profundas transformações, em especial a política de assistência social que se afirma através de dois processos: os programas de transferência de renda e a nova relação entre Estado e Sociedade Civil.

A essa nova arquitetura institucional na área social – sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade - se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não-remunerado.(BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 154).

Deve-se ressaltar que nesse período acontece à extinção da LBA. Diante desse contexto o governo FHC adota uma política de transferência de parte da responsabilidade do estado com o social para a sociedade civil, fazendo emergir assim o terceiro setor nos mais

variados segmentos, tendo a presença mais forte nos setores em que o estado mais se ausentou, no caso o setor social, onde apresentou-se políticas desarticuladas em forma de projetos e programas do tipo Comunidade Solidária, Bolsa-Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação entre outros que logo depois se tornaram um único, o Bolsa Família.

O corte com os gastos sociais no governo de Fernando Henrique fez surgir o processo de mercantilização das políticas públicas, onde a assistência social se expandiu via transferência de renda, mas em contrapartida houve a privatização da previdência social e da política de saúde. E aqueles usuários que não se encaixavam na política previdenciária, como os famintos, desempregados, os pobres entre outros ficavam o atendimento das necessidades sociais a cargo da assistência social.

Segundo Mota (2004, p. 34 apud Mota, 2010, p. 153),

Esta reversão implicou na ampla divulgação enganosa e irresponsável de que os sobrantes da previdência – pobres, miseráveis, desempregados e famintos –, enfim, os não contribuintes da previdência e dos impostos diretos, seriam a clientela da assistência social, desta feita, realizada por “toda a sociedade”, de que é exemplo o prodigioso e ineficaz Programa Fome Zero. (MOTA, 2004, p.34 apud MOTA, 2010, p. 153).

A assistência social nesse período teve uma atuação difusa, onde os programas e projetos eram mais voltados para o enfrentamento da fome e pobreza. O que percebeu-se é que esses programas representaram um estímulo as economias de pequenos municípios, através do estímulo do consumo pelos usuários, de bens e serviços.

No ano de 2005, um dos grandes marcos regulatórios da política de assistência é o estabelecimento do SUAS – Sistema Único de Assistência Social que vem materializar o que a PNAS já previa em seu escopo. É um sistema que surge para organizar a assistência social brasileira visando por fim as práticas de ajuda e caridade que perduraram por muito tempo no Brasil.

O SUAS permite especialmente, a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de municípios, com repactuação de responsabilidades entre os entes federados (BATTINI, 2007, p. 61).

Com a implantação do SUAS o Brasil entra em uma nova fase de fortalecimento do Estado e de defesa dos direitos socioassistenciais, onde são instituídos dentro da política de

assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios de transferência de renda como o PBF – Programa Bolsa Família.

Com o governo Lula houve uma ampliação das políticas sociais, pois no governo anterior essas mesmas políticas eram bastante fragmentadas.

Segundo Oliva (2010),

No governo Lula as políticas de distribuição de renda e de inclusão social ganham uma centralidade antes completamente inexistente. A visão anterior, segundo a qual os problemas sociais seriam resolvidos essencialmente pelo crescimento econômico e pelo mercado de trabalho, complementados marginalmente por políticas de caráter compensatório e pelo investimento isolado na universalização da educação, é substituída por uma ação sistemática e enfática na eliminação do já referido bloqueio do processo de habilitação.(OLIVA, 2010, p. 19).

Neste governo a assistência passa a ser vista realmente como um direito do cidadão e não como um favor ou uma ajuda do Estado para com o indivíduo, como sempre foi vista e pensada ao longo de sua trajetória. Durante o governo Lula, o Brasil conseguiu reduzir a pobreza e a mobilidade social. Segundo Menezes e Santarelli (2011), esses resultados derivam de um conjunto de condições que vão desde o aumento do salário mínimo, a expansão das políticas sociais entre outros fatores.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, reverteu a tendência conservadora que então persistia com a estratégia do ‘Fome Zero’, ao mesmo tempo em que desencadeou um processo de reorganização e ampliação institucional, visando a garantir direitos sociais por meio do estímulo a formas mais equitativas de geração de renda com base, principalmente, no fortalecimento da agricultura familiar e na criação do Programa ‘Bolsa Família’, enquanto instrumento de transferência condicionada de renda a famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Em junho de 2011, o governo brasileiro, agora tendo à frente a Presidenta Dilma Rousseff, lançou o Plano ‘Brasil sem Miséria’, com o objetivo ambicioso de erradicar a extrema pobreza no Brasil até 2014. (MENEZES E SANTARELLI, 2011, p. 5).

O governo de Dilma Rousseff se deu num contexto de agudização da crise financeira, onde as mazelas sociais se fizeram mais presentes. Neste momento da história brasileira houve o reconhecimento dos desafios enfrentados pela política de assistência social ao longo da sua trajetória, e a mesma da continuidade ao modelo de governo de Luiz Inácio, onde prioriza no seu plano de governo, a erradicação da extrema pobreza, através da aprovação do Plano Brasil sem Miséria pelo Decreto n. 7.492, de 2 de Junho de 2011. Com esse decreto ganha destaque no enfrentamento as expressões da questão social, a pobreza e a miséria, por serem as

expressões mais notadas e de intenso contraste com o crescimento econômico desejado para o Brasil.

Contudo o Plano Brasil sem Miséria não foi suficiente para erradicar a pobreza brasileira, pois a escolha de uma política de estabilidade econômica que teve início no governo de Fernando Henrique e continuidade no governo de Lula e Dilma não conseguiu extrair o Brasil do mapa da pobreza e da desigualdade social, pelo contrário só deixou mais notável as contradições burguesas.

Nesse momento a política de assistência social conseguiu se expandir através de programas de transferências de renda e atender as expressões geradas pela pauperização com políticas sociais compensatórias, percebendo com tudo que não se processou mudanças importantes quanto a esta política.

Neste sentido, coloca-se o maior desafio para os que professam “o pessimismo da razão e o otimismo da vontade”: distinguir e compreender a necessidade objetiva da ampliação da assistência diante do agravamento da pobreza, sem a ela hipotecar o principal e às vezes único mecanismo de enfrentamento da “questão social”. (MOTA, 2010, p.145).

Uma nova modalidade de tomada do poder sem eleições pede novas denominações: autores a chamam de “golpe branco” (CHOMSKY, 2016, p. 409), de “golpe branco” (PRONER, 2016, p. 155-159) de “golpe parlamentar” (SANTOS, 2016, p. 138-147). E mais uma vez o país sofre um golpe, não mais militar e sim de classe. Uma ditadura na qual envolve diversos partidos políticos. Uma transição da democracia para a ditadura, repleta de efeitos e consequências que afetam duramente as políticas sociais e conseqüentemente a vida dos sujeitos atendidos por estas políticas, pois se trata mais uma vez de manter a produção e reprodução da acumulação capitalista de um pequeno grupo que comanda toda a riqueza existente no país.

A política neoliberal nos dias atuais, dita as regras para a implantação de políticas que sustentem um crescimento duradouro para o sistema capitalista até então vigente, trazendo como enfoque um enxugamento do Estado quanto as questões sociais, privatizando e mercantilizando as políticas públicas que deveriam ter caráter universal.

De acordo com análises realizadas sobre a política social no Brasil contemporâneo, pode-se afirmar que a assistência social é a que tem mais dificuldade para se materializar devido a fatores como, demora na sua efetivação como política de direito entre outros.

Como afirma Pereira (2000a, p.56 *apud* Piana, 2009, p.33),

tem-se em quase todo o mundo, o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, cujas principais implicações estão voltadas aos cortes de programas sociais à população de baixa renda, à diminuição dos benefícios da seguridade social e à criminalização da pobreza com o incentivo às práticas tradicionais de clientelismo, à filantropia social e empresarial, à solidariedade informal e ao assistencialismo, revestidos de práticas alternativas e inovadoras para uma realidade de pobreza e exclusão social. (PEREIRA 2000a, p.56 *apud* PIANA, 2009, p.33),

As palavras de Pereira (2000^a *apud* Piana, 2009), afirma o momento vivenciado pela política de assistência no atual governo brasileiro. Pois com o governo Michel Temer, as políticas sociais de forma geral entram em um período de retração, e o que já não atende de forma universal, só tem o seu quadro agravado por conta de cortes com o social e de Propostas de Emendas a Constituição - PEC's para aqueles que vivem do trabalho. E para a superação deste momento crítico só existe uma saída como bem nos aponta Netto que, para enfrentar os desafios da atual conjuntura, o futuro exige no presente “mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas” (Netto, 2007, p. 40).

Ao passo que se crescem os desenvolvimentos, as descobertas da ciência e da tecnologia, crescem a pobreza e os processos de exclusão social, que deixam a sociedade a mercê da marginalidade, pois os serviços, programas e projetos apresentam-se de formas fragmentadas dando assistência apenas a uma parcela da população.

Como bem aponta Behring (2003),

Para a política social, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, e a mobilização da ‘solidariedade’ individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil. Aqui observa-se a emersão de uma espécie de clientelismo (pós)-moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada (BEHRING, 2003, p.65).

Nesse sentido a Política de Assistência Social ultrapassa o século XXI na condição de política integradora e traz como desafio a adaptação a novos tempos, para responder segundo os anseios burgueses as desigualdades sociais geradas pela precarização e falta de postos de trabalho. O meio utilizado na atual conjuntura para dar resposta às novas demandas sociais, continuam sendo os programas de transferência de renda, dentre eles os que mais se destacam são o Programa de Prestação Continuada – BPC e o Programa Bolsa Família – PBF.

O Benefício de Prestação Continuada – BPC – é o exemplo clássico que comprova nossa afirmação, uma vez que o consideramos como o maior programa assistencial de transferência de renda, pois este representa gastos da ordem de um pouco mais de R\$ 13,4 bilhões, o equivalente a aproximadamente 81% dos recursos da assistência social, tendo como referência o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2008. (MOTA, 2010, p. 154).

De acordo com as análises realizadas, pode-se afirmar que a política de Assistência via programas de transferência de renda tem servido de estímulo para a reprodução do sistema capitalista, pois tem facilitado o acesso das famílias a bens e serviços duráveis como geladeira, telefones, serviços de abastecimento de água e esgoto, entre outros.

A assistência social tenta enfrentar dessa forma as expressões da questão social através da mercantilização dos serviços sociais como forma de manter também o padrão de crescimento do sistema em questão. E trás a família e o terceiro setor como alternativas suficientes para responderem as demandas sociais dos sujeitos, ou seja, refileantropiza o modo de respostas às expressões da questão social e conseqüentemente revive um conservadorismo presente nas suas raízes históricas.

CAPITULO II – A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA BRASILEIRA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Desde a antiguidade a família tem contribuído de forma significativa para a construção da história da humanidade, pois independente dos múltiplos modelos que carrega é a partir da mesma que surge o processo de socialização e proteção dos sujeitos.

A instituição familiar sempre teve papel primordial nos arranjos de proteção social brasileira, contudo esse papel se intensificou a partir de 1990, com a implantação das ideias neoliberais onde a família e o terceiro setor passaram a ser responsabilizados por o Estado a prover o bem estar social daqueles sujeitos que não conseguem serem alcançados pela tão falada universalidade das políticas públicas.

2.1 – Metamorfoses: a família contemporânea brasileira

Para entender as transformações que permeiam a família contemporânea brasileira, faz-se necessário entender os modelos clássicos de família existentes no Brasil: o modelo nuclear patriarcal e o modelo conjugal moderno, e o que provocou a decadência desses modelos para hoje se falar em família contemporânea.

A família nuclear patriarcal, por muito tempo foi entendida como instituição sagrada, pois preservava a ordem familiar através da religiosidade. Era formada por um extenso número de indivíduos que habitavam o mesmo lugar e viviam sobre as ordens de uma autoridade maior que era o patriarca. Os papéis sociais eram bem definidos, o homem era o responsável por o sustento da família, ocupando o lugar da produção social, enquanto a mulher era submissa e tinha o papel de zelar pela organização do lar e educação dos filhos. Esse modelo de família deixou marcas como o conservadorismo que até hoje influencia a cultura brasileira.

Como bem aponta Filho (2000),

É como se o “velho patriarca” – “coronel”, pai, chefe – estivesse sempre emergindo das estruturas de nosso inconsciente, dominando os nossos sentimentos contraditórios em relação à sexualidade, a relação homem-mulher, a nossa confusa identidade sexual, expressa, por exemplo, nos comportamentos machistas exacerbados, na ausência de afetos dos “machos da casa-grande”, travestidos, agora por um “verniz modernizador” (FILHO, 2000, p. 28).

Com o advento da revolução industrial e conseqüentemente o processo de urbanização, a economia adquiriu valor importante na organização da vida social dos indivíduos, substituindo a família nuclear patriarcal com crença na religiosidade, pela família moderna constituída de pai, mãe e filho onde o casamento era o laço que designava a existência de tal instituição.

Nesse momento de intensas transformações políticas, sociais e principalmente econômicas, as famílias viram-se forçadas a trabalhar por conta do estado de pobreza e agudização das expressões da questão social, e adaptaram-se as condições de mercado para não ficarem desassistidos e então homens, mulheres e até crianças foram forçados a venderem sua força de trabalho em troca de míseros salários. E evidentemente nesse momento são abstraída da família algumas funções, dentre elas os arranjos de proteção social carregados desde a sua gênese.

O Estado capitalista retira da família as funções de assistência, providência, educação, proteção aos menores e incapazes, estimulando a concepção individualista de sociedade e a socialização daquelas funções. A vida afetiva da família parece então, subestimada pelas determinações da produção capitalista e das formas materiais da vida social. Entretanto essa concepção não é suficiente para dar conta da família moderna, [...]. (ARAÚJO, 2003, p. 23).

A mulher se insere no mercado de trabalho nessa sociedade industrializada e moderna, mas os antigos valores continuam a imperar. E então a partir de 1980 quando amplia-se a presença da mulher nos postos de trabalho a organização da estrutura familiar sofre algumas mudanças e o modelo de instituição conjugal moderna entra em declínio dando lugar a novos arranjos familiares. O individualismo que permeia a família moderna tende a enfraquecê-la causando o que Sierra (2011, p.73) chama de a morte da família como instituição. A família tida como referencial, apresentada, em geral, como modelo de família nuclear formado por pai, mãe e filhos, reproduzidos os papéis sexuais que serviam de base à integração familiar, parece enfraquecida. (SIERRA, 2011, p. 73).

A família, conforme mostrou Engels (apud SIERRA, 2011, p. 8), passa por transformações que são correspondentes às mudanças na ordem econômica e social. Por justamente está atrelada a uma relação política e econômica com a sociedade que está em constante transformação. Essa instituição familiar foi se transformando ao longo de todo percurso histórico de acordo com as necessidades impostas pelo sistema capitalista. E inúmeros modelos de famílias existiram e foram entendidos, segundo Engels (2012) como natural.

A industrialização acarretou o fim dessa concepção familiar. A indústria retirou da família a função de fator de produção e, conseqüentemente, a autoridade do chefe sobre os demais membros. O homem passa a trabalhar nas fábricas. E a mulher, ingressa no mercado de trabalho, com o fim de ajudar no sustento da família, causando profundas transformações na hierarquia familiar, pois começa a surgir os ideais da igualdade de direitos, advindos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Outro ponto significativo é que as famílias, antes numerosas, se restringem devido ao controle de natalidade e também pelas péssimas condições de vida. (SANTOS & SANTOS, 2009, p.06)

Vários foram os fatores para o surgimento de novos arranjos familiares, onde dentre eles se destacam a revolução industrial, o movimento feminista e o movimento da juventude. A revolução industrial causou grandes transformações sociais, pois a família deixou de ter o controle da produção que passou para as mãos dos capitalistas e do Estado e em função disto o papel social do provedor da família enfraqueceu ficando a cargo dos capitalistas e do Estado.

De acordo com os processos históricos vivenciados a família foi se ajustando as necessidades do sistema vigente. E no momento de intensas transformações, onde a urbanização e a industrialização ganhou espaço e o sistema neoliberal impõem os ditames, o modelo de família conjugal moderna entra em crise e dar lugar a novos arranjos familiares. E

então para contemplar as inúmeras formas de relacionamentos na sociedade atual, não se fala mais em família, mas sim em famílias.

a mudança do conceito de família na Constituição Federal de 1988 e as alterações legais contidas no novo Código Civil aprovado em agosto de 2001, para entrar em vigor em janeiro de 2002, com vista a: acompanhar a revolução nos costumes, padronizar leis recentes, como a do divórcio, e dispositivos constitucionais referentes à família; e regulamentar jurisprudência que, nos tempos atuais, não mais poderiam pautar-se pelo Código Civil vigente, escrito em 1916. Assim, tanto na Constituição quanto no Código Civil, a família não é mais aquela que, com qualificação de "legítima", era formada pelo casamento e constituía o eixo central do direito de família. (IAMAMOTO, 2004, p.39).

Os arranjos familiares atuais vão além de laços consanguíneos, os quais se apresentam como família monoparental, aquela decorrente de genitores viúvos ou solteiros que assume tanto as carências afetivas como as econômicas, ou aqueles que optam por a adoção; o modelo de família reconstituída dá-se a partir de novos casamentos ou de uniões estáveis. Nesse modelo de família a adaptação é algo primordial para a consolidação desse novo modelo. A família unipessoal é formada por sujeitos que decidem viver independentemente.

Outro modelo, como a homoafetiva dá-se pela união de duas pessoas do mesmo sexo. Modelo esse que é tema de grandes debates na atualidade. As amorfas são constituídas por pessoas que não possuem nenhum tipo de vínculo sexual, no caso de amigos e parentes. Diante desses modelos contemporâneos o casamento deixa de ser a peça central de identificação da formação de uma família e a afetividade ganha espaço como sentimento que sustenta os relacionamentos conjugais.

Nos arranjos familiares atuais os papéis e funções dos sujeitos se modificaram, não se apresentam mais como funções definidas e estão cada dia mais presentes no cotidiano da vida social, mas nem sempre são socialmente aceitas. A mulher frente às transformações ocorridas devido à globalização vem ocupando lugares que eram de exclusividade do sexo masculino. Mas todos esses avanços e transformações não acontecerem de forma rápida, se deram de forma gradual ligada a aspectos culturais, sociais e econômicos.

No século XX, as transformações societárias traz o desejo de impactar de forma decisiva as expressões da questão social através de revoluções políticas na área social, e então os vários modelos de famílias se recolocam em cena transformando-se em instrumento central das políticas públicas sociais, onde sofre transformações culturais, sociais, econômicas e científicas, devido os efeitos do modelo econômico neoliberal adotado principalmente a partir de 1970.

Com o desenvolvimento de medidas neoliberais, a partir da década de 1970 acirra-se a perspectiva familista nos modelos de proteção social na América Latina e dentro desta destaca-se o Brasil. Dentre as estratégias utilizadas pelo Estado, para a adaptação à lógica do capital se encontra o resgate da família como a principal provedora do bem-estar dos seus membros. (CARLOTO, 2015, p.183).

Nessa perspectiva a família é reconhecida como principal responsável pelo bem estar dos seus indivíduos, mas isso não se dá através da inclusão social, onde o que se percebe é a manutenção e reforço de papéis conservadores.

O modelo familista discutido por Saraceno (1992) e Esping-Andersen (1999) e tratado aqui por Teixeira (2015),

reforça a família como a principal provedora de bem-estar, o que se dá pela escassez de serviços e benefícios, pelo seu caráter seletivo e focalizado, pelas condicionalidades que enfatizam os cuidados no âmbito doméstico, numa reafirmação dos papéis tradicionais que sobrecarregam as mulheres. (TEIXEIRA et al, 2015, p.219).

Nessa nova conjuntura a família ressurge como eixo estruturante do SUAS e a ela são designados novos papéis sociais, como a responsabilidade pela reprodução social, resolução de problemas gerados pelo modo de produção capitalista operante, o provimento do bem-estar social dos seus membros, entre outros. E assim, a família contemporânea passa a ser vista pelo Estado sob a lógica da globalização e da privatização como uma forma rápida e barata de enfrentamento das expressões da questão social, capaz de oferecer proteção social em um mundo que passa por rápidas e constantes transformações.

Depois do processo de industrialização e urbanização desencadeou-se um processo de crescimento econômico desigual que instaurou vários problemas sociais, como a fome, o alastramento de doenças e da violência entre outros. E mesmo com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 que universalizou as políticas sociais, esse quadro não conseguiu ser revertido, pois o rumo dado as políticas de caráter social foram a focalização, privatização e a participação da família e da sociedade civil.

[...] a crise do Estado de Bem Estar implicou na adoção de uma “solução familiar” para a proteção social, quando se conciliou no sentido de reduzir a dependência em relação aos serviços públicos e “redescobrir” a autonomia familiar enquanto capacidade de resolver seus problemas e necessidades. (MIOTO, p.1 e 2 *apud* MESQUITA, 2011, p. 4).

Nesse sentido a Proteção Social deixou de ser uma preocupação pública e passou a ser privada, ficando a cargo do Terceiro Setor e essencialmente da família. Nessa perspectiva é notório que a instituição familiar passou a fazer parte de quase todas as agendas das políticas públicas brasileiras, através dos programas de transferência de renda mínima ou de rendas condicionadas, seja aquela voltada para o idoso, a criança, a mulher etc.

Dessa forma a família é sobrecarregada com responsabilidades e essas inúmeras responsabilidades não são divididas de forma igualitária entre todos os membros da família, ficando a cargo da mulher os cuidados com as crianças, idosos, doentes e todos aqueles que fazem parte da instituição, mas que não conseguem prover suas próprias necessidades básicas. Nessa perspectiva são reafirmados papéis tradicionais para homens e mulheres que acaba por gerar desigualdades de gênero. E então é cabível de se indagar, centralidade na família ou na mulher?

Assim, afirma Miotto (2004), em um dos seus textos sobre família,

apesar das mudanças na estrutura, a expectativa social relacionada às suas tarefas e obrigações continua preservada. Ou seja, espera-se um mesmo padrão de funcionalidade, independentemente do lugar em que estão localizadas na linha da estratificação social, calcada em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e, principalmente, materno. (MIOTTO, 2004, p. 53).

O que se pode perceber diante dessas transformações e dessa centralidade posta à família, e na maioria das vezes a mulher, como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais é o reaparecimento do conservadorismo com um viés modernizador, em que o estado responsabiliza não exatamente a família, mas a mulher de forma individualizada, através da participação em serviços, programas e projetos que tem ações clientelistas, caritativas e de ajuda, desresponsabilizando dessa maneira o homem pelo tratamento com o bem estar social da família como um todo.

Diante dessa nova dinâmica imposta pelo neoliberalismo a instituição familiar, percebemos que a legislação brasileira tem evoluído, reconhecendo dessa maneira os novos modelos de famílias, onde um dos pontos a serem destacados é o reconhecimento da união estável como entidade familiar, onde os membros podem usufruir dos mesmos direitos do casamento civil. Como bem expõem a Constituição Federal de 1988 no art. 226, § 3 que dispõem: para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. Essa mesma CF de 1988 no seu artigo 227 afirma que além da família ser a maior responsável pela

proteção social dos seus indivíduos, indica a tríade da proteção constituída por o Estado, a família e a sociedade.

Em relação à infância, uma série de ações irregulares praticadas com crianças e percebidas como normais, já não são estimuladas, pois as responsabilidades da instituição familiar com as crianças sofrem significativas transformações no decorrer desse percurso histórico. Pois além da CF de 1988 trazer no seu artigo 227, a Doutrina da Proteção Integral a Criança e ao Adolescente aonde os mesmos deverão ser vistos como sujeitos de direito e pessoas em condição de desenvolvimento tratados com respeito e prioridade absoluta, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente vem formalizar e conceder status a essas crianças e adolescente. E casos de abandono de crianças por questões financeiras e crianças tratadas como bastardas, foram de forma progressivamente sumindo.

Como bem afirma, Cruz e Lopes (2017),

O Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto, vem em resposta à nova orientação constitucional e à normativa internacional relativa a matéria, deixando claro, desde logo, seu objetivo fundamental: a proteção integral de crianças e adolescentes. (CRUZ E LOPES, 2017, p, 12).

Relacionado à pessoa idosa, as legislações também se modificaram. E outras foram surgindo, como podemos exemplificar com a PNI – Política Nacional do Idoso, expressa através da Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Que vem no intuito de dar garantias como, autonomia, participação e integração de forma efetiva nos processos sociais a pessoa com 60 anos ou mais. E o Estatuto do Idoso criado a partir da aprovação da Lei Federal 10.741/03, que estabelece de forma clara os deveres cabíveis a família, a sociedade e ao Estado para com a pessoa idosa. E as penalidades sofridas por esses segmentos caso esses deveres não sejam cumpridos devidamente. Essas legislações foram surgindo da necessidade de ressaltar em tempos de transformações constantes, os direitos já garantidos na CF de 1988.

O Estatuto do Idoso afirma no seu Art. 3.º que,

é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2011, p. 11-12).

As evidências confirmam que mesmo esses direitos constando na CF de 1988 e sendo reafirmado através da promulgação de leis, os sujeitos de direitos preconizados nessas leis

ainda se veem impossibilitados de usufruírem de forma universal desses direitos, por conta que as políticas públicas assumiram caráter focalista e seletivo diante do neoliberalismo.

2.2 – A Centralidade da família na assistência: avanço ou refilantropização do trato da questão social?

A proteção social sempre esteve ligada a responsabilidade familiar desde a formação do Estado brasileiro, onde os mais novos eram incumbidos de cuidar dos mais velhos e incapazes. E na atualidade a família, mais precisamente depois dos anos de 1990 (re)emerge como ferramenta de impacto para o desenvolvimento humano e social, num contexto de crise, redução dos gastos sociais por parte do Estado e agudização das expressões da questão social.

Com a Constituição Federal de 1988 a Política de Proteção Social no Brasil é efetivada como uma política de direito com caráter público universal compondo o rol da seguridade social ao lado da política de saúde e de previdência, sendo efetivada a partir da consolidação e aprovação da LOAS.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2009, p. 6).

Em sete de dezembro de 1993 a LOAS é institucionalizada e em meio a idas e vindas vem tentar regulamentar o que está posto na Constituição de 1988, através da implantação de normas e critérios de organização da assistência social como política de direito não contributiva. Elege a família como categoria primordial a ser trabalhada por a política de assistência social com o objetivo da mesma se configurar como alicerce fundamental para o alcance de metas como, a diminuição da pobreza, superação de riscos e vulnerabilidades sociais, acesso digno as políticas de educação, saúde, moradia, alimentação e proteção de forma integral aos seus.

Nesse sentido percebemos uma enorme responsabilização dada à família em um contexto em que o Estado se priva dos mínimos sociais e intervém nos problemas gerados pelo pauperismo apenas através de medidas sócio-educativas e repasses realizados através de programas de transferências de renda. Onde não se percebe a execução de políticas universalistas que percebam essas famílias responsabilizadas, como famílias de direitos que necessitam de suporte para potencializar as ações assim designadas a ela.

Conhecer a família da qual se fala [...] é muito importante; também é imprescindível compreender sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado; e, da mesma forma, é necessária a mobilização de recursos da esfera pública, visando implementação de políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social; entretanto, o mais fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e contem com a possibilidade de elevação do nível de qualidade de vida, aspectos estes inerentes à construção da cidadania. (GUEIROS, 2002, p. 119-120).

Com a LOAS, a assistência social deu as famílias a condição de sujeitos amparados pelo Estado no que diz respeito à proteção social. Trazendo como princípios reguladores, a supremacia do atendimento as necessidades sociais, universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos e a divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais. No entanto ainda são perceptíveis os inúmeros desafios travados para que as famílias sejam atendidas de forma universal pelas políticas públicas, como aponta Sposati (2013),

A legalidade obtida em normas e dispositivos não possibilitou ainda o alcance da legitimidade capaz de provocar acolhida consciente e convicta de um projeto dirigente em valor social. Esta característica política se faz necessária para que seja superada a timidez ainda presente na afirmação da assistência social na luta política. (SPOSATI, 2013, p. 21).

Há de considerar que, depois de 1990 com as investidas das políticas neoliberais, mesmo com a CF de 1988 e a LOAS de 1993 pouco se avançou em relação aos direitos sociais das famílias. Na tentativa de concretizar o que estava exposto desde a promulgação da constituição cidadã, houve a necessidade de implantação de várias outras leis e normas. E então se aprovou em 1997 a primeira Norma Operacional Básica – NOB/SUAS que trouxe para a política de Assistência Social o caráter descentralizado e participativo. Já a NOB/SUAS aprovada em 1998 veio ampliar as atribuições dos conselhos e criar as comissões tripartite e bipartite que tratariam da gestão da assistência social.

No entanto diante da conjuntura de desmontes e lutas pela afirmação dos direitos já garantidos, novos desafios foram postos a política de assistência e nesse contexto surge uma nova Política Nacional de Assistência Social em 2004, na esperança de implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Esse novo modelo veio transformar em ações o que estava no papel, fazendo emergir no Brasil uma nova forma de política que tem como finalidade a garantia dos mínimos sociais aos sujeitos que se encontram em estado de riscos e

vulnerabilidades sociais, tendo como centralidade no atendimento as famílias e seus indivíduos.

Diante dessa perspectiva a PNAS traz como objetivos, segundo Brasil (2010),

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2010, p. 33).

A PNAS traz a proteção social como um dos pilares da política de assistência social e recoloca as famílias como o centro de todas as suas ações e serviços, onde o atendimento as demandas familiares deixam de ser de forma individual e passam a serem vistas a partir de uma perspectiva conjuntural capaz de fazer uma análise econômica, política e social do contexto vivenciado.

Na matricialidade sócio familiar, em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, de modo a romper com o caráter de atenção emergencial e pós-esgotamento das capacidades protetivas da família. (TEIXEIRA, 2009, p. 257).

A matricialidade familiar é um dos avanços trazidos pela PNAS 2004, pois antes da aprovação de tal política os indivíduos e seus problemas sociais eram vistos de forma particular e isolada. Essa matricialidade surge a partir do reconhecimento do Estado em prover proteção social a família, por esta ser percebida como lugar privilegiado de organização e socialização dos indivíduos, onde vai se dar a acolhida, o convívio, sustentabilidade e autonomia.

Há de considerar que mesmo a família tendo ganhado essa centralidade, o aparato legal responsável por tal conquista não conseguiu romper com o conservadorismo que vez ou outra ronda a política de assistência quanto ao desenvolvimento de suas ações. Pois o que vemos na atualidade é a transferência de grande parte das responsabilidades do Estado para a Família e o terceiro setor, ou seja, uma refilantropização da questão social, onde acontece um

processo de troca de favores entre Estado, sociedade civil e usuários das políticas públicas – as famílias.

É uma “modernização conservadora” em que as demandas das classes subalternas são submetidas ao mercado, há uma responsabilização individual em que volta à cena a benevolência, a caridade, a ajuda, a solidariedade transvestidas de modernas através dos programas e projetos [...].O que está posto é um processo de refilantropização em que as Organizações Sociais, as fundações, as OSCIPs, as associações e as organizações passam a assumir a execução de programas e projetos sociais de combate a miséria fazendo com que a família através da solidariedade e do voluntarismo envolva sua rede de sociabilidade para assumir a responsabilidade com o bem estar social de seus membros. (MESQUITA, 2011, p. 6).

Diante da atual conjuntura o estado tem recolocado as famílias como ferramenta da PNAS para a realização de uma modernização conservadora, onde o trabalho social desenvolvido com estas tem servido de alavanca para a reprodução e manutenção do sistema capitalista.

Diante da necessidade de romper com o conservadorismo surgiu outras legislações como a NOB/SUAS 2004 – Norma Operacional Básica, que objetivou disciplinar a gestão pública da política de assistência social através da divisão de competências e responsabilidades entre as esferas municipal, estadual, federal, e a NOB 2005 que veio instituir o SUAS e delimitar as proteções que seriam asseguradas pelo mesmo as famílias.

Em busca da garantia de proteção social aos cidadãos, em 2005 o SUAS é implantado através de propostas postas na IV Conferencia Nacional de Assistência Social realizada ainda no ano de 2003 em Brasília, vindo a materializar o que estava posto na PNAS/2004. Esse sistema vem estabelecer novas formas de gestão, estruturação dos serviços, composição e qualificação da equipe de trabalho, monitoramento e avaliação da política de assistência social. Com a implantação deste modelo, o Brasil entra em uma fase de fortalecimento do Estado e de defesa dos direitos socioassistenciais das famílias, onde são instituídos, serviços, programas, projetos e benefícios de transferência de renda como o PBF – Programa Bolsa Família.

Vale salientar que a construção desse sistema não foi algo que aconteceu repentinamente, pois como se sabe ele foi resultado de muitos anos de lutas, como bem aponta Sposati (2006):

(...) o SUAS não é produto do inesperado, da genialidade ou da prepotência da equipe do governo federal. Ele resulta de quase 20 anos de luta na assistência social

e do aprendizado com a gestão da saúde, em particular com o SUS. (SPOSATI, 2006, p.102).

Com a aprovação da NOB/SUAS pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2005 o pacto federativo foi reafirmado e o país começou a traçar uma nova política de assistência social. Onde a família passou a ocupar o lugar de núcleo fundamental e assumiu um caráter preventivo, tendo o território como peça chave para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco social.

Em 2006 é aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos- NOB- RH, que estabelece e consolida os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho e educação permanente no âmbito do SUAS. Nessa abordagem, o trabalho sócio desenvolvido com as famílias é visto como um instrumento capaz de atuar como política orientadora da gestão, formação, qualificação e regulação.

Assim o redesenho das ações socioassistenciais no âmbito do SUAS é estratégico para a resolução de contradições de alguns dos termos mais caros a concretização do direito a assistência social: a combinação entre os princípios da universalidade e da seletividade, a articulação das dimensões preventivas, especialmente protetivas da política pública de assistência social e a potencialização das ações emancipatórias coletivas, associadas ao desenvolvimento de relações personalizadas de (re) construção de novos projetos de vida dos indivíduos e famílias expostos ao processo de reprodução dos mecanismos que originaram sua condição de pobreza e de subalternização socioculturais (PAIVA, 2006, p.09).

Em 2009 acontece a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que enfim organiza o SUAS em dois níveis: Proteção Social Básica que tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. E a Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade que tem por objetivo prestar atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social e violação de direitos, visando ao fortalecimento de suas potencialidades e a sua proteção.

A partir desta divisão, o SUAS passou a ter como referência os equipamentos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social onde vão ser desenvolvidos os serviços, programas e projetos que fazem parte da política de Assistência Social. O CRAS tratando-se de uma instituição pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, vai responder pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios, se caracterizando como a principal porta de entrada do SUAS.

O CRAS é uma unidade de atenção social básica, é responsável pela oferta de serviços às famílias, grupos e indivíduos, atuando na prevenção e riscos e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (ANDRADE, 2010).

Com a implantação do espaço do CRAS, as famílias passaram a ter a garantia de acesso a Política Pública de Assistência Social com direito a convivência familiar e comunitária, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias – PAIF, um dos principais serviços ofertados dentro deste espaço citado anteriormente.

Na tentativa de oferecer uma política de qualidade e universalizada, o SUAS se organizou então em dois eixos estruturantes: benefícios e serviços. E faz parte atualmente de seus benefícios assistenciais o BPC – Benefício de Prestação Continuada e o PBF – Programa Bolsa Família.

É cabível de registro que, ao analisar a reinserção da família, como responsável por prover a proteção dos seus indivíduos, é perceber uma sobrecarga sobre estas famílias das responsabilidades que deveriam ser do Estado na questão das garantias de direitos, pois essas políticas são pensadas como formas de baratear o gasto com o social e não como investimentos.

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Que mas do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO, 2001, pag. 17)

Com os desmontes que vem acontecendo nas políticas públicas, a proteção social de caráter universal defendida pela política de assistência social tem efetivado sua centralidade através dos programas de transferências de renda, em especial o PBF, onde a preocupação maior do Estado é manter o exército industrial de reserva apto para o consumo e restringir a extrema pobreza, privatizando assim, o que deveria ser universal.

Nos últimos anos é perceptível um congelamento nos avanços, pois com a aprovação da Nova Lei do SUAS em 2011, acontece uma transformação nos objetivos da LOAS, e nota-se a ausência da questão da centralidade da família no texto desse novo documento. E um enfoque maior vem sendo disponibilizado ao CRAS e CREAS como ponto de referência para se trabalhar os problemas vivenciados por as famílias e seus indivíduos, onde se dá um trabalho de forma descontínua e desconexa. Como expressa Foucault (2005, p. 28), é um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o

vazio do seu próprio rastro [...] e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz.

Cabe aqui uma indagação, em que sentido a família continua sendo o foco das políticas públicas? Tal indagação surge da necessidade de se entender em qual sentido a família continua tendo essa centralidade, centralidade para superação dos problemas causados pelo pauperismo ou centralidade na perspectiva de obscurecer as tensões e conflitos de classe?

As políticas públicas de transferências de renda adotadas atualmente que tem a família como alicerce fundamental das suas ações, tem insistido mostrar que a preocupação maior está voltada para uma emancipação econômica de uma classe e não de superação de riscos e vulnerabilidades sociais das famílias.

CAPÍTULO III – O TRABALHO SOCIAL COM FAMILIAS E SUA CAPACIDADE DE MINIMIZAR AS SITUAÇÕES DE RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS DOS SUJEITOS

No intuito de compreender a centralidade da assistência social na família como ferramenta de superação de riscos e vulnerabilidades sociais, o capítulo já mencionado busca fazer uma análise crítica do trabalho social desenvolvido com as famílias usuárias dos CRAS do município de Crato/CE. Sendo assim, a parte inicial deste capítulo vem traçar a trilha metodológica percorrida para a realização desta pesquisa.

Em seguida refletir sobre as situações de riscos e vulnerabilidades sociais mais frequentes encontradas nesses territórios e como as mesmas são transformadas a partir das intervenções realizadas com essas famílias.

E finalmente realizar uma análise dos dados a partir das respostas dos assistentes sociais entrevistados para a obtenção de um entendimento de como o trabalho social realizado com os usuários dos CRAS do Crato/CE está sendo capaz de minimizar as situações de riscos e vulnerabilidades encontradas nos diversos territórios pesquisados.

3.1 Traçado metodológico para realização da pesquisa

A metodologia é uma das partes mais importantes no desenvolvimento de uma pesquisa científica, pois ela é a peça central que ira nortear os rumos do trabalho, indicando os instrumentos de coleta e análise dos dados que foram utilizados para chegar aos objetivos esperados.

Sendo assim, a metodologia utilizada para a realização deste trabalho conduziu-se por meio de fontes bibliográficas, trazendo contribuições dos mais variados autores com o propósito de analisar e compreender o problema pesquisado. Gil (2002, p. 44) conceitua pesquisa bibliográfica da seguinte forma: a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Geralmente este tipo de pesquisa engloba materiais impressos, contudo, em virtude dos novos formatos de informação, estas pesquisas também englobam fontes como, discos, CD's e materiais da internet.

Assim, com o intuito de uma aproximação maior com a realidade estudada e para um desvelamento do real, escolheu-se também a pesquisa de campo que proporciona ao entrevistador um norte maior em relação à temática em estudo.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI; LAKATOS. 2003 p.188).

Contudo a pesquisa tem uma abordagem qualitativa buscando a interpretação dos fenômenos e suas relações em sua totalidade, baseando-se em teorias já existentes e não apenas em dados quantificáveis. Levando em conta o objeto de estudo e os objetivos almejados, a pesquisa de caráter qualitativo consegue dar conta de desvelar com clareza, cada detalhe das situações colocadas pelos entrevistados, possibilitando ao entrevistador um envolvimento real com o tema pesquisado.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2007 p. 80).

Ainda, a pesquisa qualitativa pode ser classificada como descritiva ou explicativa. A descritiva leva essa nomenclatura por ser capaz de descrever características de fenômenos já estudados e os fatores que rodeia determinado fenômeno. Para Gil (2002, p. 42) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, estabelecimento de relações entre variáveis.

Diante das inúmeras técnicas de pesquisas disponíveis para realização de tal trabalho, escolheu-se a entrevista, por conta que esta técnica estimula os entrevistados a pensarem sobre como está sendo realizado o trabalho social com as famílias atendidas pelos CRAS e se este trabalho realmente está surtindo efeito. Mas também pode trazer algumas dificuldades, como uma falsa interpretação por parte do público entrevistado, entre outras.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 1994 p. 57).

A entrevista escolhida para trabalhar com o objeto de estudo em questão foi a semi-estruturada formada por um roteiro de perguntas abertas que geralmente é utilizada para se trabalhar com populações específicas, como, grupo de assistentes sociais, enfermeiros, famílias entre outros.

Levando em conta o interesse da temática e o instrumental de coleta escolhido, a presente pesquisa foi realizada entre os meses de Agosto e Outubro de 2018, sendo que as entrevistas foram realizadas nos dias 23 e 26 de Outubro com os assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS Vila Alta, Alto da Penha, Muriti, Solon Pinheiro Teles, CRAS Seminário do município de Crato/CE.

. O CRAS trata-se de uma instituição pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, que vai responder pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios, se caracterizando como a principal porta de entrada do SUAS.

O município do Crato inicialmente chamado de Missão do Miranda resultou de um movimento missionário dos Freis Capuchinhos. Sua emancipação se deu em 17 de Outubro de 1953 pela Lei Provincial de número 628. A origem do nome se deu em homenagem ao vilarejo português de Alentejo, cuja localização estava situada nas ruínas de um antigo povoado chamado de Ucrato ou Ocrato. Mas existem comentários que esse nome é proveniente da palavra Curato de São Fidelis, pois inicialmente a cidade teria se chamado assim.

O município atualmente é constituído por 10 distritos, sendo eles, Crato, Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa.

Os dados demográficos apontam uma população de 121.428 habitantes (IBGE 2010). Desse contingente populacional 89,988 pessoas vivem na área urbana e 16, 967 na área rural. O índice de desenvolvimento humano (IDHM) é de 0,713. Atualmente o município conta com 05 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo eles, o CRAS Vila Alta, Alto da penha, Muriti, Solon Pinheiro Teles, CRAS Seminário e o anexo Ponta da Serra.

Para melhor recorte da pesquisa se estabelece como universo de estudo as cinco equipes de referência dos CRAS, onde obtivemos como amostra os seis assistentes sociais que são objetos de estudo deste trabalho. No Brasil, segundo a resolução 510, de 07 de Abril de 2016 do CNS – Conselho Nacional de Saúde caracteriza-se como pesquisa que envolve humanos, aquelas em que acontece a participação de seres humanos de forma indireta ou direta, na sua totalidade ou em partes, de forma individual ou coletiva, incluindo-se também o manuseio de informações materiais. Para tanto os sujeitos entrevistados foram submetidos ao termo de consentimento livre e esclarecido. Sendo assim, os sujeitos da pesquisa serão caracterizados com AS1 a AS6.

O método científico utilizado como base lógica para a investigação foi o dedutivo, por facilitar o pesquisador alcançar os objetivos da sua investigação. E que segundo Gil (2008, p. 9) é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. E a perspectiva utilizada no processo de análise do objeto de estudo foi o materialismo histórico dialético que se fundamenta na dialética e analisa o problema de pesquisa de um ponto de vista econômico, social e político. Bem como afirma Gil (2008, p. 22) quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais.

3.2 O trabalho social com famílias sobre as lentes de assistentes sociais em tempos de recessão

A presente pesquisa que tem como objeto de estudo a centralidade da assistência social na família como instrumento de superação de riscos e vulnerabilidades sociais, foi desenvolvida com seis assistentes sociais que integram as equipes de referência dos CRAS do município de Crato/CE.

Assim, as indagações presentes na entrevista foram elaboradas a fim de entender quais os parâmetros utilizados para a identificação de riscos e vulnerabilidades dos sujeitos, quais as situações mais frequentes, como essas situações são transformadas a partir das intervenções realizadas, quais as dificuldades e avanços encontrados para realização de um trabalho social

com famílias e de que forma esse trabalho tem contribuído para minimizar os riscos e vulnerabilidades encontrados no contexto familiar das famílias inseridas nos CRAS.

As três primeiras perguntas foram realizadas para fins de identificação dos sujeitos participantes da pesquisa, baseadas no sexo, idade e grau de escolaridade.

QUADRO 1 – Identificação dos sujeitos da pesquisa

<u>CATEGORIA</u>	<u>AS 1</u>	<u>AS 2</u>	<u>AS 3</u>	<u>AS 4</u>	<u>AS 5</u>	<u>AS 6</u>
SEXO	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
IDADE	30 - 49	30 – 40	30 – 49	30 - 49	30 – 49	18 – 29
GRAU DE ESCOLARIDADE	Especialista	Ens. Superior Completo	Ens. Superior Completo	Especialista	Ens. Superior Completo	Especialista

Fonte: Primária, 2018

Traçado o perfil dos entrevistados, apresentaremos as perguntas elaboradas no modelo de entrevista qualitativa, para uma análise profunda do objeto de estudo em questão.

A primeira pergunta de caráter qualitativo direcionada aos assistentes sociais participantes da pesquisa foi: Quais parâmetros são utilizados para a identificação de vulnerabilidades e riscos sociais das famílias que serão inseridas nos grupos do PAIF?

As famílias inseridas e acompanhadas pelo CRAS, são convidadas a participarem dos grupos PAIF. Famílias estas que muitas vezes com vínculos familiares rompidos, com vivência de violência e/ou negligência familiar, como também em busca de orientações a cerca dos seus direitos (AS1).

Através de visitas domiciliares, buscas ativas e atendimentos individualizados são identificadas famílias em situações de vulnerabilidades e risco social (AS2).

A identificação se dá através da acolhida do usuário no CRAS, bem como o atendimento, ou através da busca ativa e também da visita domiciliar (AS3).

A busca ativa, acolhimento, encaminhamento, através de denúncias (AS4).

Visita domiciliar, atendimento individual, demanda espontânea (AS5).

Realização de busca ativa, demanda espontânea e visita domiciliar (AS6).

O PAIF não é um serviço novo, tem suas raízes fincadas no início dos anos 2000, foi criado antes da tipificação dos serviços e de lá pra cá sofreu algumas modificações, transformando-se na principal referência para os usuários do Sistema Único de Assistência

Social, sendo sua oferta disponibilizada única e exclusivamente nos Centros de Referência de Assistência Social.

A acolhida das famílias para usufruto deste serviço se dá através do encaminhamento realizado através de encaminhamentos a rede de serviços, busca ativa, demanda espontânea, visita domiciliar entre outros. Sendo a busca ativa a principal ferramenta de inserção desses sujeitos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias, pois ela é capaz de identificar cada pessoa que necessita de apoio para sair da situação de risco e vulnerabilidade social.

As Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, traz como estratégias da busca ativa o,

- deslocamento da equipe de referência para conhecimento do território;
- contatos com atores sociais locais (líderes comunitários, associações de bairro etc);
- obtenção de informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais;
- campanhas de divulgação, distribuição de panfletos, colagem de cartazes e utilização de carros de som. (BRASIL, 2009, p.30):

A busca ativa se dá de forma intencional, procurando identificar as famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. E é uma ferramenta de extrema importância para o trabalho do assistente social, pois faz com que os técnicos conheçam a fundo as principais características dos territórios, possibilitando aos mesmos uma visão ampliada da realidade social a qual os sujeitos estão inseridos.

A segunda pergunta da entrevista qualitativa direcionada aos entrevistados trouxe a categoria: Quais as situações de vulnerabilidades e riscos sociais mais frequentes identificadas nos CRAS? Essa pergunta foi elaborada com o objetivo de fazer uma análise de vulnerabilidades e riscos sociais encontrados com mais frequência no ambiente familiar dos usuários atendidos pelos CRAS do município de Crato/CE.

Negligência familiar (contra crianças/adolescentes); Violência doméstica; Trabalho infantil; Famílias mantenedoras do PBF como única renda para subsistência (AS1).

Vulnerabilidades financeiras, alimentar, educacional entre outras (AS2).

Os casos mais frequentes envolvem as questões socioeconômicas, como desemprego, falta de acesso a benefícios. Temos referente à cidadania como documentos. Recebemos também os casos de negligência com idosos e crianças, a fragilização de vínculos familiares (AS3).

Desemprego, negligência, falta de documentação, extrema pobreza (AS4).

Situação de pobreza, risco de moradia, falta de emprego (AS5).

Drogadição, gravidez na adolescência e violência doméstica (AS6).

É no contexto social da vida das famílias que as situações de vulnerabilidades sociais se constituem por conta dos processos de globalização os quais a economia capitalista tem passado nos últimos anos. Onde tem ocasionado mudanças econômicas, sociais e culturais que atingem a dinâmica familiar, afetando de forma brusca a condição de sobrevivência dos sujeitos.

Dentre as situações citadas pelos entrevistados a que aparece com maior frequência é aquelas ligadas as questões econômicas que conseqüentemente impõem sacrifício e renúncias para todo o seio familiar, envolvendo a sacrifitação de crianças, jovens e idosos.

A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para o esfacelamento da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo; os filhos (crianças sem creche, escola; adolescentes, jovens sem expectativas), os idosos, as pessoas com deficiência, os sem trabalho (CRONEMBERGER E TEIXEIRA, 2013, P. 21).

A terceira pergunta foi elaborada com o seguinte conteúdo: Como as situações de risco e vulnerabilidades identificadas no contexto social das famílias usuárias do PAIF, são transformadas a partir das intervenções? Elaborada com objetivo de desvelar as possibilidades desses riscos e vulnerabilidades serem minimizados através das intervenções realizadas com as famílias usuárias dos serviços disponibilizados nos CRAS.

Empoderamento feminino – através de palestras; Orientações diversas a cerca dos direitos; Palestras com órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes; oficinas (geração emprego e renda) (AS1).

Através da inserção do usuário no CRAS, por meio dos grupos de convivência, capacitações e orientações passadas para eles. Assim conseguimos a transformação da realidade de cada um (AS2).

Através de esclarecimentos sobre seus direitos e deveres, encaminhamentos, acompanhamento familiar, inclusão da família ou de algum integrante nos programas ou projetos sociais (AS3).

A partir dos encaminhamentos a rede intersetorial e da inclusão das famílias nos grupos do PAIF e serviço de convivência (AS4).

Com encaminhamentos para outros órgãos, orientações feitas sobre a importância dos direitos e deveres (AS5).

Incluí-las nas políticas públicas, nos programas sociais; incluí-las nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como forma de proteção e prevenção (AS6).

São várias as formas de intervenções realizadas com os sujeitos usuários do CRAS, que se encontram em estado de risco e vulnerabilidade social, a fim de transformar a realidade vivenciada pelas famílias. Dentre as citadas pelos entrevistados se destacam: orientações diversas, inclusão das famílias nos grupos do PAIF e serviço de convivência, oficinas, palestras e capacitações.

As orientações repassadas aos sujeitos são realizadas a partir do primeiro contato da família com a equipe técnica do CRAS, no momento da acolhida que pode ser realizada de forma individual ou coletiva através de conversas ou palestras. Já os grupos do PAIF e serviço de convivência, são grupos formados para acompanhar a família, onde são trabalhadas atividades artesanais sem fins de renda, mas com objetivo de fortalecer os vínculos familiares, enfrentar as situações de vulnerabilidades e um acompanhamento dessas vulnerabilidades devido uma maior aproximação com os sujeitos.

No trabalho com esses grupos são utilizadas metodologias dinâmicas e participativas, com grande abertura para trabalhar as questões trazidas pelos usuários, bem como construir com eles formas de enfrentamento ou de elaboração de suas dificuldades. Cita-se nesses casos o uso de dinâmica de grupo, rodas de conversa, arteterapia, dramatizações, dentre outras estratégias. (BRASIL, 2010, p. 7).

Outra forma de transformar a realidade dos sujeitos são as oficinas de geração de emprego e renda que possibilitam as famílias acompanhadas o desenvolvimento de suas habilidades técnicas, ao mesmo tempo em que incentivam a participação coletiva dos sujeitos envolvidos.

Para os participantes da pesquisa foi feita também a seguinte pergunta: Quais as dificuldades apontadas para realização de um trabalho social com famílias? Onde as assistentes sociais afirmaram o seguinte:

Conseguir a participação efetiva dos usuários nos grupos PAIF, através da demanda espontânea (AS1).

Resistência do próprio usuário, falta de transporte para realização de visitas, pois só vem carro uma vez por semana. Equipe reduzida (AS2).

Temos como dificuldades o próprio envolvimento e empoderamento da família na realização das ações. O desenvolvimento de atividades que atendam as necessidades socioeconômicas como cursos (AS3).

Falta de envolvimento por parte das famílias tanto nas ações de programas e projetos como também na oferta dos serviços que por vezes não atendem as necessidades dos usuários (AS4).

As dificuldades encontradas são a falta de interesse das famílias por mudanças. Hoje elas estão acomodadas com a vida que tem, falta interesse em mudar (AS5).

A evasão nos grupos (SCFV) (AS6).

Com a Constituição de 1988 a Política de assistência avançou muito ao designar a família como pedra basilar para o desenvolvimento de suas ações, tendo em vista o rompimento com práticas caritativas e o atendimento dos indivíduos de forma isolada. Contudo o reconhecimento da materialização da família como centralidade na política de assistência ainda passa por algumas dificuldades.

A respeito das dificuldades para realização de um trabalho social desenvolvido com famílias no contexto atual é consenso entre os profissionais entrevistados que a adesão das famílias, ou seja, a participação e envolvimento das famílias durante acompanhamentos e, sobretudo, nos trabalhos com grupos é uma dificuldade presente em quase todos os territórios pesquisados.

Durante muito tempo a assistência social organizou suas ações de forma fragmentada e com pouca participação popular. O clientelismo e o paternalismo marcaram a história da assistência social por décadas, de modo que para o usuário da assistência social uma cultura participativa ainda se constitui como algo novo. O ranço assistencialista é entendido, nesse sentido, como uma das causas da pouca adesão das famílias nas ações propostas pelo CRAS. (PAZ, 2015, p. 9).

A assistente social 2 também pontua na sua fala as condições de trabalho oferecidas, onde falta transporte para realização de visitas e a questão da equipe reduzida, onde foi possível observar que nos cinco CRAS visitados não foi possível visualizar a presença de recepcionistas e agentes sociais nos horários visitados, pois pelo menos o agente social tem um trabalho rotativo, onde atende vários CRAS durante a semana.

Pode-se perceber também no discurso da assistente social 5, a questão de um ranço conservador, onde as famílias são culpabilizadas pelos problemas enfrentados. Onde a mesma usa de um discurso fatalista para justificar a ausência das famílias nas ações desenvolvidas pelos Centros de Referência de Assistência Social.

A quinta e última pergunta de caráter qualitativo realizada com os profissionais assistentes sociais foi a seguinte: De que forma o trabalho social com as famílias tem sido capaz de minimizar as situações de riscos e vulnerabilidades sociais dos sujeitos atendidos pelos CRAS? No sentido de entender como o trabalho social desenvolvido com os sujeitos tem operado mudanças no contexto familiar em tempos de retrocessos sociais.

As famílias inseridas tem a oportunidade de serem esclarecidas sobre direitos e deveres. Através do acompanhamento familiar, encaminhamentos por muitas vezes se consegue chegar aos objetivos esperados que é fortalecer a função protetiva da família, reestabelecer vínculos fragilizados (AS1).

Através de um trabalho de orientação, conscientização feito no território do CRAS Solon Pinheiro, conseguimos minimizar as vulnerabilidades existentes (AS2).

Com a aproximação dessas famílias nos serviços ofertados pelo CRAS, trabalhando paralelamente suas dificuldades, esclarecendo, apresentando oportunidades para que essas famílias compreendam seus papéis como sujeitos tornando-se empoderadas. E os profissionais garantindo e efetivando os direitos pertinentes a cada situação (AS3).

Através dos grupos, orientações, através de cursos oferecidos e a realização dos direitos (AS5).

Através da orientação e acompanhamento das famílias como meio de emancipação para que possa buscar os seus direitos (AS6).

O trabalho social é algo que existe há muito tempo, tendo o seu surgimento atrelado aos primórdios da igreja, assim como o serviço social, tendo algumas práticas ainda com forte ranço do conservadorismo e assistencialismo. Esse trabalho desenvolvido com as famílias consegue se materializar através do respeito aos valores, crenças, costumes e identidades dos sujeitos, usando o diálogo como ferramenta de conscientização destes e de suas famílias, sobre todas as formas de violência, preconceito, discriminação e estigmas existentes dentro das relações sociais, contribuindo dessa forma para uma proteção de forma integral e continuada.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capaz de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2010, pag. 20)

Visto que estamos vivenciando um contexto de sucateamento das políticas públicas sociais que torna privado e mercantilizado a questão social e que conseqüentemente fortalece

a sociedade civil como provedora da proteção e do bem estar aos indivíduos e sua família e um estado que tem como primordial defender o sistema capitalista cabe ao profissional do serviço social que está na ponta dessas políticas irem além dos muros das instituições em que atuam, para que esse trabalho social com famílias além do diálogo que como vimos está presente na maioria das falas dos entrevistados na ultima pergunta realizada, possa ser materializado também a partir de ações concretas que realmente minimize os riscos e vulnerabilidades dos sujeitos, empoderando-os e fortalecendo a luta minoritária para que esses sujeitos se reconheçam como sujeitos de direitos.

Diante das respostas obtidas na pesquisa podemos perceber que as respostas trazidas comprovam as afirmações trazidas pelo estudo realizado anteriormente.

Dessa forma percebe-se que o contexto atual que vivenciamos de desmontes das políticas públicas, dificulta a realização de um trabalho social eficaz e capaz de minimizar riscos e vulnerabilidades as quais as famílias estão impostas, pois as ações desenvolvidas não são capazes de estimular as famílias a participação nas atividades e a se reconhecerem como sujeitos de direitos, como sujeitos empoderados. É tanto que a assistente social 4 não sentiu-se a vontade para responder a pergunta que trata justamente dessa questão, justificando através da fala que o trabalho social na atualidade apenas camufla as demandas dos usuários, pois as políticas públicas não conseguem acompanhar as transformações trazidas pelo sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma conjuntura adversa ao social e descomprometida em minimizar os impactos das expressões da questão social, que afligem a vida dos sujeitos, onde as políticas públicas são voltadas a seletividade, focalização e conseqüentemente a exclusão dos sujeitos, a família é reconhecida como sendo primordial para a redução dos riscos e vulnerabilidades sociais que afetam a vida dos sujeitos. Contudo no Brasil, atualmente temos uma orientação voltada para políticas sociais com caráter familista, onde o estado intervém de forma temporária, isso quando a família ou o mercado não conseguem satisfazer as necessidades dos cidadãos.

Diante disso a partir do presente estudo, foi possível perceber o alcance dos objetivos, tendo em vista a intenção de refletir se os parâmetros utilizados para a identificação de riscos e vulnerabilidades sociais as quais as famílias estão expostas estão operando de forma eficaz, onde foi possível perceber que vários são os parâmetros utilizados para a identificação de riscos e vulnerabilidades sociais desses sujeitos, como a acolhida que se dá através de encaminhamentos a rede de serviços, busca ativa, demanda espontânea, visita domiciliar entre outros.

Onde a busca ativa é um dos principais parâmetros, pois é o momento em que o profissional de serviço social fica frente a frente com a realidade vivenciada pelos sujeitos, podendo desvelar as demandas mais ocultas de determinadas famílias. Demandas estas que se apresentam nos territórios estudados como, negligência familiar contra crianças, adolescentes e idosos, violência doméstica, trabalho infantil, desemprego, falta de documentação, risco de moradia, entre outros.

O discurso dos profissionais de serviço social entrevistados também revelou dificuldades para realização de um trabalho social desenvolvido com essas famílias, onde foram inúmeras algumas como, equipe reduzida que não consegue dar conta das demandas que surgem, falta de apoio por parte do município na questão de viabilização de transporte para visitas e a principal delas a falta de motivação por parte das famílias para participação nos projetos, programas e ações desenvolvidos pelos CRAS.

No entanto a pesquisa demonstrou que ainda existem profissionais que utilizam de uma visão fatalista, de culpabilização das famílias pelos problemas enfrentados. Visão embutida de um conservadorismo que insiste em rondar a política de assistência social, onde a família continua por vezes sendo responsabilizadas pelas mazelas vivenciadas.

O estudo também apontou que os parâmetros utilizados para identificação de riscos e vulnerabilidades operam com eficiência dentre dos territórios onde estão implantados os CRAS, conseguindo identificar as famílias que se encontram em estado de riscos e vulnerabilidades, mas as políticas públicas não conseguem acompanhar as transformações trazidas pelo modelo econômico vigente. E então as dinâmicas utilizadas para a superação dos problemas vivenciados pelas famílias acabam sendo voltadas para ações limitadas, desenvolvidas muitas vezes através de diálogos que não estimulam a participação das mesmas. E por vezes sendo capaz de minimizar os riscos e vulnerabilidades sociais de forma insatisfatória, pontual, camuflando as reais necessidades das famílias.

Entretanto, apesar de se perceber a realidade apontada pelos estudos realizados, faz-se necessário um aprofundamento do tema em questão, visto que o número de assistentes sociais entrevistados foi um número mínimo por conta das equipes reduzidas encontradas nos CRAS pesquisados. Necessitando dessa forma uma análise mais apurada.

Contudo, apesar da limitação do estudo, a presente pesquisa serviu para entender como se dá o trabalho social nos CRAS que atendem a população do município de Crato/CE em tempos de redução dos gastos com o social. E as dificuldades encontradas pelos profissionais, nesse município de mais de 121.428 habitantes.

Além disso, a pesquisa servirá para embasar novos estudos, dando suporte a pesquisadores que se interessarem em estudar a temática discutida, bem como subsidiar o trabalho daqueles profissionais que buscam incessantemente se aperfeiçoarem quanto as problemáticas apresentadas. Para a sociedade o estudo traz como contribuição, uma reflexão sobre o papel da família frente as problemáticas vivenciadas na atualidade e a importância da sua contribuição como setor preponderante para a superação das mazelas sociais.

Podemos ainda ressaltar que, as considerações relatadas até aqui não apresentam um esgotamento das questões que permeiam o objeto analisado, estando este trabalho propenso a futuras complementações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Laura Freire. A atuação dos psicólogos nos CRAS. *Diálogos. Psicologia Ciência e Profissão*. Ano 7, Nº 7, Julho 2010.

ARAÚJO, Walter da Rocha. Representações sociais sobre família e classes sociais. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9933/1/arquivo9166_1.pdf. Acessado em 03 de Out. de 2018.

BATINNI, Odária. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora. 2007.

BRASIL. **Resolução 510**, de 07 de Abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em 24 de Agosto de 2018.

_____, Estatuto do idoso. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Fortaleza, CE: INESP, 2011.

_____, **LOAS anotada: Lei Orgânica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

_____, Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1, ed. – Brasília, DF, 2009.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004. Brasília, DF: MDS, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Elaine Rosseti; BOSCHETTI Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011- (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2º. ed.. Brasília: UNB, 2003.

CARLOTO, Maria Cássia. Programa Bolsa Família cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, Regina Célia Tamoso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo Direitos e Cidadania: Contradições da política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2015. P.179-209.

CARVALHO, Rogério Tobias de. **Imunidade Tributária e Contribuições para a Seguridade Social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

CHOMSKY, Noam. Brazil's president Dilma Roussef "impeached by a gang of thieves". Tradutor Charlott Back. In: PRONER, Carol et al. (Org.). A resistência internacional ao golpe de 2016. Bauru: Canal 6, 2016.

CRONEMBERGER, Herica Gomes M; TEIXEIRA, Solange Maria. Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. Revista Eletrônica Informe Econômico. Ano 1, n. 1, Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/viewFile/1267/990>. Acessado em: 27 de Outubro de 2018.

CRUZ, Erivânia Bernardino; LOPES, Cinthia Fonseca. **Estatuto da criança e do Adolescente**: Comentado em questões. Fortaleza: Premius, 2017.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. 9.ed. São Paulo: Centauro: 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. Social foundations of postindustrial economies. New York: Oxford University Press, 1999.

FILHO, Benedito José de Carvalho. Marcas de Família, travessia no tempo. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e proteção social**: questões atuais e limites da solidariedade familiar. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 103-121, set. 2002.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, Marilda V. Família na Contemporaneidade. In: SALES (org). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 19ª ed, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **Da estratégia fome zero ao plano Brasil sem miséria:** elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2011. 72 p. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>>. Acesso em: 29 Abr. 2018.

MESQUITA, Andréa Pacheco de: **A família como centralidade nas políticas públicas:** a Constituição da Agenda Política da Assistência Social no Brasil e as Rotas de Reprodução das Desigualdades de Gênero. 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo29.pdf>. Acesso em 28 ago. 2018.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Novas propostas e velhos princípios:** a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos. 6.ed.São Paulo: Cortez Editora, 2004. p.43-59.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria método e criatividade. 17^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. Inscrita, Brasília, n. 10, nov. 2007.

OLIVEIRA, I.M. Assistência Social após LOAS em Natal, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso. Programa de estudos pós-graduados em serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2005. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codarquivo=1556. Acesso em 11 de Outubro de 2017.

OLIVA, A. M. **As bases do novo desenvolvimentismo:** análise do governo Lula. Campinas: [s.n.], 2010.

PAZ, Ana Cláudia Pereira. **A centralidade da família na política de assistência social:** um estudo a partir dos relatos profissionais dos CRAS em Teresina – PI. VII Jornada Internacional de Política Públicas da Universidade Federal do Maranhão – 2015. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/a-centralidade-da-familia-na-politica-de-assistencia-social-um-estudo-a-partir-dos-relatos-de-profissionais-dos-cras-em-teresinapi.pdf>. Acessado em: 28 de Out. de 2018.

PAIVA, Beatriz Augusto de. **O SUAS e os direitos sociassistenciais:** a universalização da seguridade social em debate. Serviço Social & Sociedade, n. 87, ano XXVII, pp. 5-23, set. 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books . Acessado em: 03 de Out. de 2018.

PRONER, Carol. **Golpe branco no Brasil**. In: PRONER, Carol et al. (Org.). A resistência internacional ao golpe de 2016. Bauru: Canal 6, 2016.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Contra o golpe parlamentar no Brasil [entrevista]**. In: PRONER, Carol et al. (Org.). A resistência internacional ao golpe de 2016. Bauru: Canal 6, 2016.

SARACENO, C. Mutamenti dela famiglia e politiche social in Italia Bologna, Italia: II Mulino, 1988.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos & SANTOS, Morgana Salles da Costa. Família monoparental brasileira. Rev. Jur., Brasília, v. 10, n. 92, p.01-30, out./2008 a jan./2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf > Acessado em 03/10/18.

SIERRA, Vânia Morales. **Família: teorias e debates**. São Paulo: Saraiva 2011.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In: Serviço Social e Sociedade nº 87. São Paulo. Cortez. 2006.

_____. Aldaíza de Oliveira. A menina LOAS: **um processo de reconstrução da assistência social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9ª. ed.. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Aldaíza de Oliveira. Os 20 anos da LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. In: COLIN, D. R. A. et al. (Org.) 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília: MDS, 2013. p. 14-35.

TEIXEIRA, Maria Solange. **Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar**. Revista Política Públicas, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

_____. **Política Social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social**. In: MIOTO, Regina Célia. T.; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cassia Maria. Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, p. 211-239, 2015.

APÊNDICE (S)

APÊNDICE A: ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO

01 – SEXO

Feminino Masculino

02 – IDADE

18 – 29 30 – 49 50 – 59 acima de 60 anos

03 – GRAU DE ESCOLARIDADE

Ens. superior completo Especialista Mestrado Doutorado

PESQUISA QUALITATIVA

04 – Quais parâmetros são utilizados para a identificação de riscos e vulnerabilidades sociais das famílias que serão inseridas nos grupos do PAIF?

05 – Quais as situações de vulnerabilidades e riscos sociais mais frequentemente identificadas nos CRAS's?

06 – Como as situações de risco e vulnerabilidades identificadas no contexto social das famílias usuárias do PAIF, são transformadas a partir das intervenções realizadas?

07 – Quais as dificuldades apontadas para realização de um trabalho social com famílias?

08 – De que forma o trabalho social com as famílias tem sido capaz de minimizar as situações de riscos e vulnerabilidades sociais dos sujeitos atendidos pelos CRAS's?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa traz como temática a: **A (RE) AFIRMAÇÃO DA FAMÍLIA NA SUPERAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS:** um estudo a partir das lentes de assistentes sociais dos CRAS em Crato/CE, desenvolvida pelo (a) acadêmica do Curso de Graduação em Serviço Social **ANTONIA GILDEVANNIA PEREIRA OLIVEIRA**. A pesquisa traz como Objetivo Geral: Analisar de que forma o trabalho social desenvolvido com as famílias, tem minimizado as situações de riscos e vulnerabilidades sociais dos sujeitos atendidos pelos CRAS do município do Crato-CE em um contexto de desmontes das políticas públicas, com fins de produção monográfica que se estabelece como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

A participação na pesquisa deverá ser realizada de forma voluntária e caberá ao senhor/senhora decidir se irá participar da pesquisa, respondendo às perguntas que serão realizadas durante a entrevista semi-estruturada. Caso resolva optar por desistir não sofrerá nenhum dano, as informações fornecidas deverão ser de total veracidade. A coleta de dados ocorrerá através da aplicação de um questionário semi-estruturado, mantendo a ética e integridade física e moral do participante.

A acadêmica estará à disposição para responder a qualquer dúvida, prestando total esclarecimento necessário sobre o processo da pesquisa, bem como seu professor orientador. Diante disso eu: _____, declaro está devidamente esclarecido sobre a pesquisa a ser realizada e dou meu consentimento para participar da pesquisa autorizando o uso dos dados na publicação dos resultados.

Juazeiro do Norte – CE, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante

Antonia Gildevannia Pereira Oliveira

Acadêmica responsável pelo desenvolvimento da pesquisa